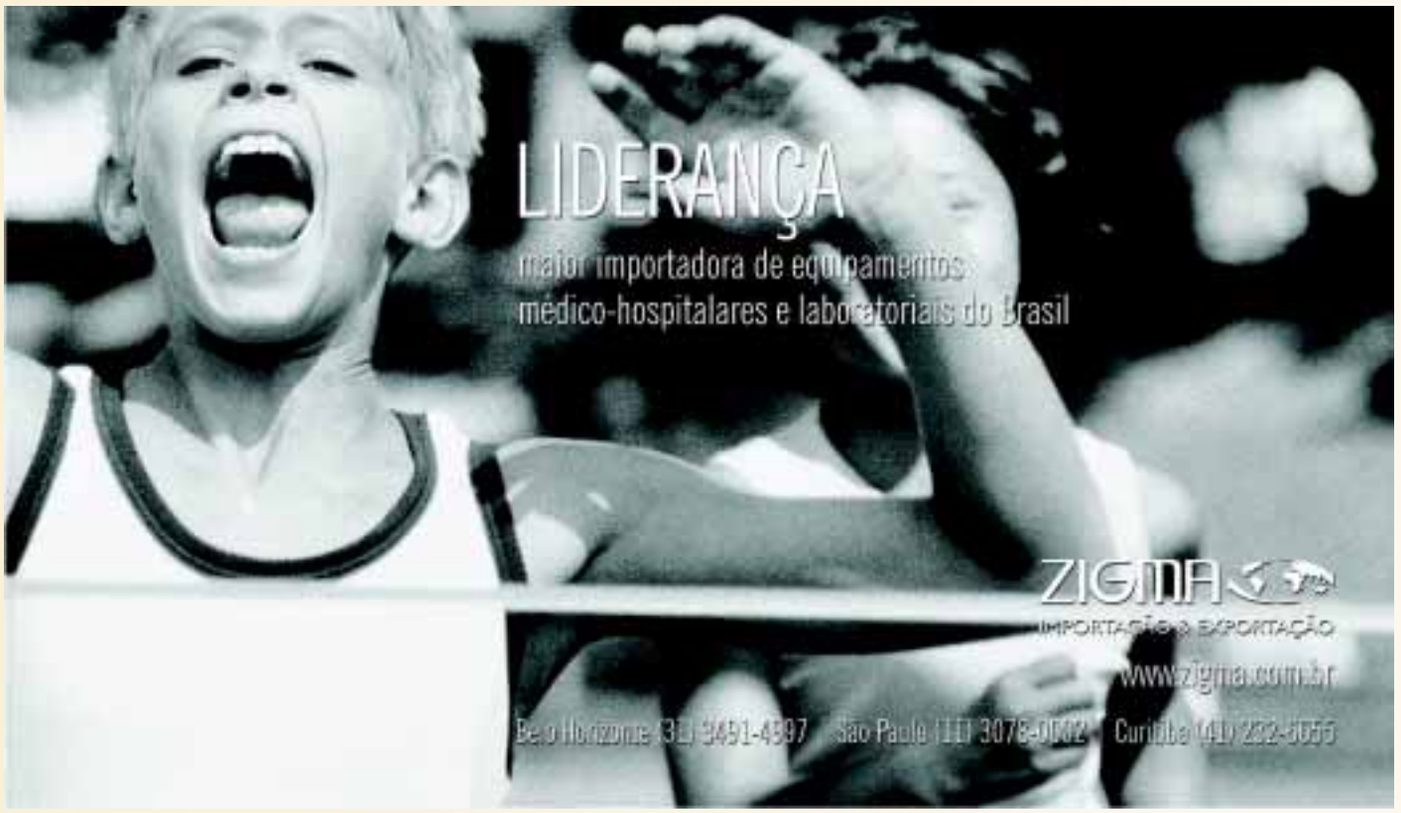
um padrão de tratamento e o que é um custo desnecessário. Na realidade, os médicos estão pedindo mais exames de alta complexidade mesmo quando não são tão necessários devido ao receio de futuros processos judiciais por erro médico. Se o profissional cercar-se de exames, prontuários, formulários, etc. existe a possibilidade da alegação de que ele tentou todas as maneiras possíveis para chegar à cura da enfermidade, ou que fez de tudo para diagnosticar determinada doença. É necessário muitas vezes, no caso de bons profissionais, apenas bom senso para avaliar a real necessidade de submeter seu paciente a uma série de exames, além de priorizar a qualidade do tratamento e do atendimento à população que anseia por mais atenção e respeito, ou seja, uma relação mais humanizada.

O que precisa ficar muito bem explicado é que não resolverá esta questão diminuir os valores das sentenças de indenizações por erro médico como aconteceu recentemente no estado de Nevada, nos Estados Unidos, e em outros estados daquele país, muito menos realizar a venda de seguros de responsabilidade civil para médicos. Os juízes devem ser menos relutantes em rejeitar casos sem méritos e punir os advogados que os promovem. Os médicos devem ser mais receptivos e permitir o acesso público à informação sobre procedimentos de disciplina e de má prática. As entidades oficiais devem ser mais eficazes em policiar maus médicos. Pacientes, médicos e advogados devem deslocar o foco do dinheiro para a qualidade do atendimento.

O caminho a seguir é a conscientização por cada especialista de que a saída para esta situação; que favorece o encarecimento da prática médica, podendo num futuro muito próximo inviabilizar até a chamada saúde privada, oferecida pelos planos e seguros de saúde; é praticar uma Medicina correta, séria e clara, na qual a atualização profissional é imprescindível, a humanização da relação médico-paciente é resgatada e a profissão volte a ser sinônimo de confiança.

Renata Donaduzzi
Editora do Boletim do CBR